SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA

Em 9 de setembro de 2015
(quarta-feira)
às 15h

RESULTADO

25ª Reunião, Extraordinária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

	Audiência Pública
Local	Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3

Audiência Pública

Assunto / Finalidade:

Debater e instruir o Projeto de Lei do Senado nº 402, de 2015, que "altera dispositivos do Decreto-Lei no 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, relativos aos recursos".

Requerimento(s) de realização de audiência:

- RQJ 15/2015, Senador Antonio Carlos Valadares
- RQJ 16/2015, Senador Ricardo Ferraço
- RQJ 17/2015, Senador José Pimentel
- RQJ 18/2015, Senador Humberto Costa

Reunião destinada a instruir a(s) seguinte(s) matéria(s):

- PLS 402/2015, Senador Roberto Requião e outros

Participantes:

Sr. Antônio César Bochenek
- Presidente da Associação dos Juízes Federais do Brasil – Ajufe

Sr. Sérgio Fernando Moro
- Juiz Federal

Sr. Fábio Zech Sylvestre
- Presidente da Comissão de Estudos Constitucionais da OAB no Ceará

Dr. Rubens Roberto Rebello Casara
- Professor e Doutor em Direito, com especialização em Direito Processual Penal

Sr. Elmir Duclerc Ramalho Júnior
- Professor de Processo Penal da Universidade Federal da Bahia e Promotor de Justiça do Ministério Público da Bahia

Sr. Marcelo Semer
- Juiz de Direito do Estado de São Paulo

Sra. Luiza Cristina Fonseca Frischeisen
- Procuradora Regional da República

(representante de: Rodrigo Janot Monteiro de Barros, Procurador-Geral da República)

Dr. Maurício Stegemann Dieter
- Professor de Criminologia da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo – USP

Dr. Thiago Bottino do Amaral
- Professor de Direito da Fundação Getúlio Vargas – RJ

Sr. Pedro Paulo Guerra de Medeiros
- Conselheiro Federal da OAB/GO

(representante de: Marcus Vinicius Furtado Coêlho, Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB)

Sr. Gustavo Virginelli
- Vice-Presidente da Associação Nacional dos Defensores Públicos Federais

Resultado: Audiência pública realizada.